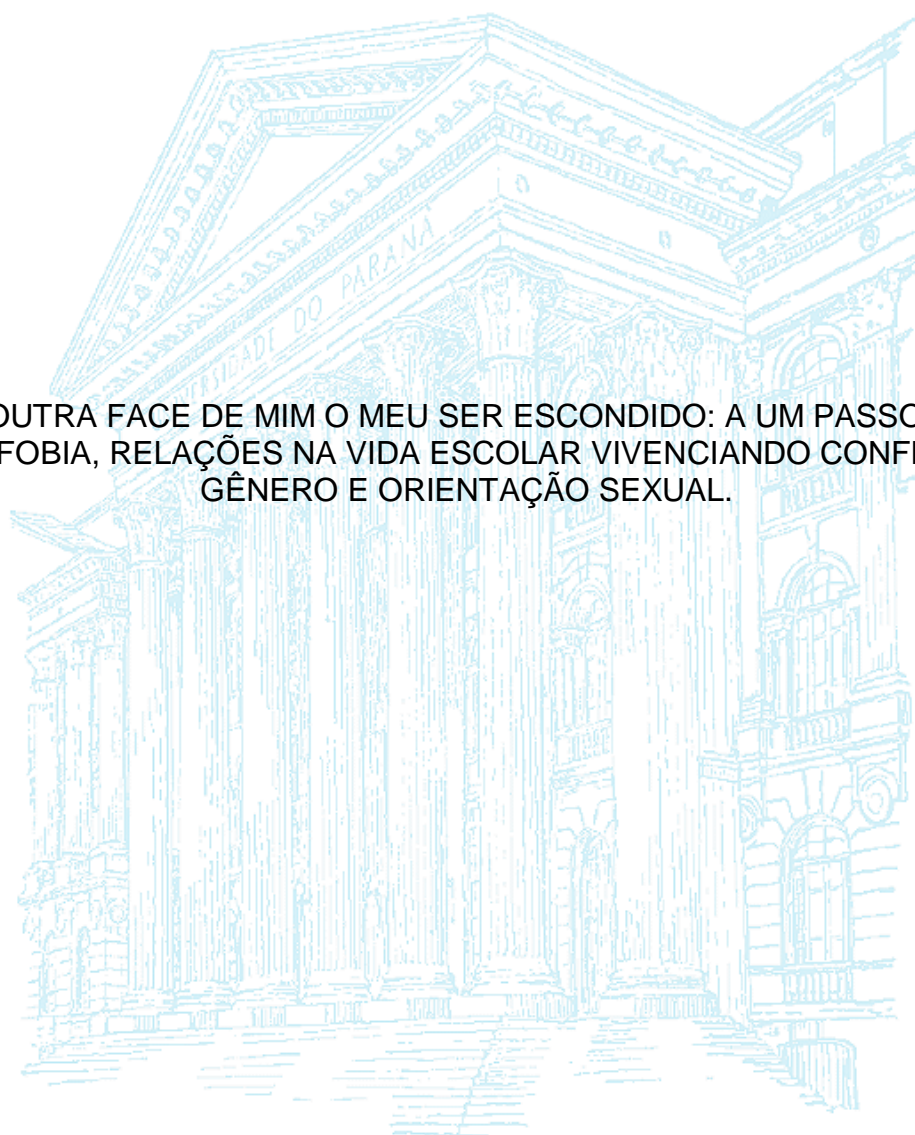


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROGÉRIO CARVALHO ALVES RODRIGUES

A OUTRA FACE DE MIM O MEU SER ESCONDIDO: A UM PASSO DA
HOMOFOBIA, RELAÇÕES NA VIDA ESCOLAR VIVENCIANDO CONFLITO DE
GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL.



SÃO PAULO
2016

ROGÉRIO CARVALHO ALVES RODRIGUES

A OUTRA FACE DE MIM O MEU SER ESCONDIDO: A UM PASSO DA
HOMOFOBIA, RELAÇÕES NA VIDA ESCOLAR VIVENCIANDO CONFLITO DE
GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL.

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-
Graduação em nível de Especialização em
Gênero e Diversidade na Escola, do Setor
Litoral da Universidade Federal do
Paraná, apresentado como requisito
parcial à obtenção do título de Especialista
em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Me. Marcos Fernandes

SÃO PAULO
2016

A OUTRA FACE DE MIM O MEU SER ESCONDIDO: A UM PASSO DA HOMOFOBIA, RELAÇÕES NA VIDA ESCOLAR VIVENCIANDO CONFLITO DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL.

Rogério Carvalho Alves Rodrigues¹; Marcos Fernandes²

¹Licenciatura Plena em Pedagogia (FTS – Anhangüera). E-mail: rodcarod@yahoo.com.br

² Graduado em História. Mestre em Estudos Literários (UFPR). E-mail: historiadormarcos@gmail.com

RESUMO

A construção cultural e social nos traz indagações frequentes sobre a identidade de gênero e orientação sexual. O indivíduo que foge desta padronização de feminino e masculino com certeza se põe em situação de discriminação e preconceito. Desta forma, discutir sobre identidade de gênero e orientação sexual ainda é um tabu, pois a sociedade ainda prega conceitos normatizadores fazendo com que discutir sobre esses assuntos seja ainda mais difícil quando discutidos no âmbito escolar. Destacamos neste artigo experiências e casos de situações vivenciadas na escola, principalmente nos anos iniciais da Educação Básica. Colocamos em xeque alguns temas polêmicos e polemizados, a fim de suscitar discussões e reflexões que permitam a compreensão da diversidade com respeito e dignidade. Que os atores da instituição escola, possam considerar que é a partir de situações de preconceito e discriminação que o *bullying* se torna realidade, sendo assim, pode causar consequências irreversíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de gênero; orientação sexual; âmbito escolar.

ABSTRACT

The cultural and social construction brings frequent questions about gender identity and sexual orientation. The person who runs this male and female standardization certainly puts it into a discrimination and prejudice situation. Thus, discussing gender identity and sexual orientation is still a taboo, because the society still preaches standard-setting concepts causing these matters even more difficult when it is discussed in schools. We highlight in this article experiences and case situations that have been experienced at school, particularly in the first years of basic education, we have put in check some controversial subjects to raise discussions and reflections that allow the understanding of diversity with respect and dignity. The school institution actors can consider that it is from prejudice and discrimination situations that bullying comes true, therefore, it can cause irreversible consequences.

KEYWORDS: gender identity; sexual orientation; school setting.

INTRODUÇÃO

Ao discutirmos sobre gênero, as discussões a princípio nos remetem à figura feminina e/ou masculina, desta forma inconscientemente nos remetemos às questões biológicas do ser homem ou ser mulher, nesse sentido, refletir sobre as questões de gênero enquanto construção social e cultural de identidade traz à tona indagações frequentes quanto o que é ser homem ou mulher, ou seja, como a pessoa se identifica ou se percebe em sua subjetividade?

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam essas identidades é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais. (FARIA e NOBRE, 2003, p.30-31).

Fazer parte de um grupo social diferente, não quer dizer que o indivíduo deva ser tratado com indiferença, mas o que se percebe é que a sociedade em sua maioria enxerga os sujeitos de grupos não idealizados por ela, como se fossem pessoas condenadas, como se o fato de expor sua verdadeira identidade agredisse visualmente o que as pessoas esperam da imagem feminina ou masculina. “O olhar inquisidor e escrutinador sobre os corpos e identidades *trav* e *trans* constrói um aparato acusatório para essas personagens.” (SANTOS, 2014, p. 161).

Na verdade, o indivíduo que enfrenta todos os preconceitos e assume sua real identidade, muitas vezes se sente o réu, ou seja, sente-se como se estivesse feito alguma atrocidade gravíssima contra a sociedade, pois as pessoas o julgam por sua forma de ser e vestir. Ser homem ou mulher, não necessariamente significa que sua identidade de gênero está conectada à identificação biológica do sexo, ou seja, da sua genitália. Sendo assim, a identidade de gênero não está ligada aos órgãos genitais externos e sim a subjetividade do indivíduo. “Com base em definições essencialistas do que é ser homem e/ou mulher edifica-se um sistema de discriminação e exclusão entre sexos, além de vários estereótipos.” (VIANNA, 2003 p. 47).

Desta forma, educadores e educadoras possuem papel essencial para propor de forma clara e objetiva, debates e reflexões sobre as relações de gênero e construção da identidade. É fato que a herança cultural é algo intrínseco e que a sociedade implicitamente vem reforçando o preconceito e a discriminação. “A escola é um dos locais mais importantes para a produção de práticas e conceitos inclusivos em relação à diversidade sexual e de gênero (...)” (ROCHA, 2012, p.22). Portanto, o papel da escola é formar cidadãos críticos, que questionem o que lhe é imposto, indagando o porquê de certas determinações e conceitos, oportunizando para si e para o outro a possibilidade de mudança de atitude e de respeito ao próximo.

Questionar relações de gênero não apenas no sentido de equidade social entre homens e mulheres, mas de perceber que as discussões sobre esse tema transcende o conceito determinado pelo sexo biológico, caminhando para a reflexão da construção de identidade do indivíduo enquanto sujeito pertencente a uma sociedade.

É evidente que o âmbito escolar possui uma gama enorme de diversidade, sendo assim a compreensão sobre relações de gênero é árdua, mesmo que amparada por legislação que garantem direitos, respeito e igualdade, navegam paralelamente a paradoxos.

Deslocando o olhar do que a legislação educacional institui e considerando as práticas sociais no seu acontecer, como falar, então, de cultura e identidades considerando diferenças e desigualdades no cotidiano da escola? Certamente, a resposta não é simples nem admite simplificações, assim como não bastam boas intenções em um contexto que, formalmente, prega o multiculturalismo, o respeito ao outro etc., mas que, na prática, mantém a persistência que marcam a gestão da escola, dificultando a participação mais efetiva de aluno e professores e da comunidade do entorno. (TOSTA, 2011, p.420).

Contudo, o discurso do multiculturalismo, do respeito, entre outras questões que diariamente a escola vem desenvolvendo está arraigado às suas rotinas, exigindo grandes esforços para àqueles que acreditam na mudança de atitudes. Romper paradigmas está diretamente ligado ao empenho de educadores e educadoras por meio de investimento em formação adequada, como por exemplo, cursos direcionados aos docentes com ênfase em discussões sobre diversidade e Brasil sem homofobia, atrelando a realidade com os estudos bibliográficos, refletindo sobre as relações entre sujeitos, discussão de sexualidade bem como formas de preconceito e discriminação no âmbito escolar. (DULAC, 2009).

Desta forma, o enfrentamento é constante, pois os/as educandos/as trazem consigo comportamentos e conceitos cuja família e a sociedade alegam serem os normatizados, sendo assim, tratar de assuntos relacionados às questões de identidade de gênero e orientação sexual, devem ser bem conduzidos para que não haja mal entendido, e para que as informações não sejam distorcidas e/ou mal interpretadas.

O ambiente escolar, local de formação de sujeitos e cidadãos, vivencia diversas situações onde o preconceito e a discriminação são percebidos, porém, se não houver um olhar atento dos educadores/educadoras, dos gestores/gestoras e demais atores da instituição escola, uma pequena atitude negativa poderá configurar uma grande situação relacionada à *bullying*.

Este termo vem sendo adotado para definir comportamentos premeditados, repetitivos, agressivos, perversos, intencionais de violência de forma física ou psicológica com intuito de coagir alguém para obter algum favorecimento ou por bel-prazer. (WANZINACK, Clóvis. pag. 62)

Ou seja, o *bullying* advém de situações de constrangimentos, alcunhas, agressões físicas ou psicológicas, onde o algoz precisa ser combatido antes de culminar em reações irreversíveis (GOMES; REZENDE, 2011).

Nesse sentido, a escola está longe de sentir-se preparada para lidar com essas questões, pois é percebido que em alguns casos os educadores/educadoras, não sabem como lidar e/ou intervir, reagindo muitas vezes com impassibilidade, justificando que certas ações são coisas de criança. É fato, que a escola como espaço de relações pessoais, lida com diversas situações, mas é preciso estar atento/a para que não se reproduza preconceitos e reforce estereótipos e discriminação. Não obstante, procuramos discorrer neste artigo experiências pessoais que envolveram discriminação e preconceito, bem como atrelar situações cotidianas que sinalizam o conflito de identidade vivida por estudantes e das

possíveis intervenções que docentes podem exercer no desempenho de suas atividades.

OBJETIVO GERAL

Identificar e analisar diferentes situações que implicitamente reforçam preconceitos quanto à orientação sexual e identidade de gênero.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Selecionar leis e documentos que explicitam a necessidade de discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero;

Refletir sobre o papel da escola, quando o tema é discutir sobre *Bullying* e diversidade nos mais variados contextos;

Observar registros e situações que apontam crianças com conflitos referentes à sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

METODOLOGIA

Realizamos a pesquisa por meio da análise bibliográfica sobre identidade de gênero e orientação sexual, e do conhecimento empírico de pessoas inseridas no âmbito escolar. Examinamos diferentes conceitos sobre o tema e o reflexo das diversas maneiras de compreensão na sociedade. Nesse sentido, apreciamos a leitura de textos de autores e estudiosos da literatura pesquisada e de documentos que apresentam políticas públicas sobre o tema.

Discorreremos em primeiro momento sobre um breve relato sobre a minha vivência pessoal em âmbito escolar durante a educação básica, situações que me estimularam a escrever sobre o tema deste artigo. Em seguida, apontamos de forma concisa fragmentos e comentários sobre a legislação brasileira e da importância de introduzir no currículo temas como identidade de gênero e orientação sexual.

Com o embasamento teórico, realizamos uma sondagem através dos casos atendidos e registrados em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I da rede de ensino de Taboão da Serra, com intuito de buscar dados e informações empíricas sobre a sua relação com o objeto de estudo, buscando desta forma, identificar concepções e práticas que norteiam a metodologia de ensino relacionada ao tema.

Enfim, a análise foi construída em uma perspectiva qualitativa, onde apresentamos dados por meio de experiências de vida, depoimentos, opiniões, entre outros aspectos que atrelados aos estudos bibliográficos, findaram na conclusão deste artigo.

OCULTAMENTO DE MIM

Escrever sobre o tema diversidade na escola com enfoque na orientação sexual e identidade de gênero, me fez viajar no passado e lembrar minha trajetória escolar e fatos pelos quais estimularam discorrer sobre o tema neste artigo.

Na primeira infância a criança considera tudo normal e agi conforme seus desejos, se tem a vontade de brincar de boneca ou de carrinho não importa, a princípio brinca-se com o que mais lhe agrada, até o momento que por uma questão

sociocultural um adulto lhe aborde dizendo que menino não brinca de boneca, de casinha, entre outras que remetem à figura feminina, ou que brincar de carrinho, futebol, entre outras ações masculinizadas não são coisas para meninas brincarem. E assim a escola se construiu reforçando estereótipos, atrelando às meninas atividades domésticas e a vaidade, enquanto aos meninos são lhe oferecidos jogos, atividades de raciocínio lógico, atrelando a masculinidade à força ou exploração do espaço físico.

A partir destas informações sexistas, inicia-se os conflitos e a criança começa a omitir seus desejos acreditando que o que os adultos disseram é o correto e desta forma deve suprimir suas vontades e agir de acordo com o que lhe foi imposto como sendo o “normal”.

A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO, 2003, p.57).

E é assim com a sexualidade, o indivíduo só percebe que seu desejo ou orientação não é considerado “normal” até que alguém o recrimine, dizendo que isso não é postura correta para um homem ou uma mulher, procurando desta forma segregar os indivíduos por conta de sua identificação biológica de gênero.

Nesse sentido, na infância me vi várias vezes em situação de discriminação desde os primeiros anos de escolaridade, ouvia “chacotas” e xingamentos que me deixavam constrangido e com isso, procurava me afastar e conseqüentemente me aproximava de outras crianças que também de uma certa forma se sentiam discriminadas, seja por questões de gênero, cultural e/ou de raça/etnia.

E assim confrontando meus conflitos, lutei contra a minha timidez que reforçada pelo medo de me expressar me levava ao ocultamento de mim, evitando assim criar uma situação constrangedora e virar motivo de piadas preconceituosas. No espaço escolar, seja na sala de aula ou nos demais ambientes, eu procurava quase que ficar invisível para não correr o risco de ser vítima de mais uma ação de discriminação e preconceito. E desta forma foi todo o processo escolar, lutando e superando calado e comigo mesmo o preconceito e a discriminação, pois acreditava que eu estava errado e deveria mudar.

Como consequência foi-se construindo e forçando em mim posturas mais masculinizadas, falando pouco, e quando falava, procurava falar baixo para não expor minha voz, pois um dia a mãe de um colega de classe me disse firmemente e com um certo desprezo: “Você precisa educar a sua voz”, ou seja, faltou ela dizer que para ser amigo de seu filho eu precisaria mudar meu jeito. Sendo assim, percebe-se que apenas uma frase ou uma palavra pode interferir de forma negativa na vida de uma criança e conseqüentemente na vida dela enquanto adulto.

Visto que na época a escola não interveio, que não houve nenhum tipo de ação que tratasse do assunto e a partir dessa experiência pessoal, hoje fazendo parte de uma instituição de ensino, procuramos observar o comportamento de alguns estudantes e de seus docentes a fim de identificar fatos e ações atreladas ao tema de estudo deste artigo.

EM XEQUE TEMAS POLÊMICOS X POLEMIZADOS

O tema identidade de gênero e orientação sexual é bastante polemizado principalmente quando este é um assunto para discussão em âmbito escolar, e mais

polêmico ainda quando tratado com docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. Não obstante, e amparados legalmente, temos inicialmente a Constituição Federal de 1988 apresentando em seu artigo 3º inciso IV, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil que é: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. É garantido também nesse documento em seu artigo 5º o direito a vida e a liberdade bem como a igualdade, e ainda garante no inciso III: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no artigo 32 reafirma a obrigatoriedade do ensino fundamental e em seu inciso IV deixa claro que a solidariedade e a tolerância devem ser fortalecidas com a família em seu âmbito social.

Nesse sentido, a escola tem papel fundamental em executar seu currículo fazendo uso de fatos reais para que docentes e estudantes possam refletir e compreender o mundo no qual está inserido, a fim de compreender o outro e a si próprio. Repensar o currículo e as formas de ensinar e aprender. (JUNQUEIRA, 2009). Sendo assim, a escola deve utilizar diversos recursos que oportunize os atores da instituição escola transcenderem os conteúdos tradicionais, e no caso de assuntos como sexualidade, sexo e gênero, sair do campo científico e biológico, para abordar um campo mais humanitário e real.

Assim, um trabalho com a sexualidade ou uma educação sexual pode ser pensado em primeiro lugar como uma disposição política por parte de professoras e professores, pois esta implica, segundo Deborah Britzman (1999), em uma capacidade para a liberdade. Nesta perspectiva, a sexualidade ou a educação sexual se referem a práticas de liberdade na medida em que os limites do nosso pensamento são elididos. Britzman (1999) ainda afirma que a sexualidade diz respeito aos direitos civis e ao direito a informações adequadas. (CÉSAR, 2009, p. 57).

É fundamental que a escola seja disseminadora de informações adequadas, de tal modo que apresentar um tema dito como polêmico possa oportunizar que docentes e estudantes reflitam sobre questões de diversidade, seja cultural, ético/racial, de gênero, orientação sexual entre outros aspectos que podem levar à exclusão de alunos/as no âmbito escolar. Convenhamos que não dá para educadores e educadoras fechar os olhos para fatos reais explícitos dentro da escola e da sociedade no geral, chega de ignorarmos a realidade e reproduzir preconceitos e discriminações.

É fato que essas situações estão diante de nós e não dá mais para fingir que aceitamos as diferenças, pois na verdade não se trata de aceitar ou não, se trata de respeito às diversas formas de manifestações, é preciso oportunizar discussões e compreensão da diversidade, com respeito e dignidade. Por em xeque temas como a orientação sexual, *bullying* e identidade de gênero, é uma forma de prevenção de situações de discriminação, preconceito e homofobia. Visto que os PCNS já garantem as discussões sobre a:

(...) orientação sexual nas escolas, incluída em 1998 como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) em nosso país. Alguns autores têm enfatizado que a simples inclusão deste tema não garante o respeito à equidade de gênero e a aceitação da diversidade de práticas e identidades sexuais. (GARCIA, 2009, p. 3).

Ou seja, a escola com apoio da equipe gestora, de docentes comprometidos, da parceria da comunidade, da Secretaria de Educação e com Políticas Públicas adequadas poderá cumprir com seu papel de formadora de cidadãos e cidadãs, aptos à convivência em sociedade, seres verdadeiros da sua própria identidade, respeitador de qualquer forma de expressão bem como da diversidade. Porém, Junqueira (2009), comenta da importância de estarmos atentos às políticas que aparentemente generosas se mostram contrárias ao verdadeiro reconhecimento da diversidade quando seus valores são centrados na heterossexualidade e numa forma de “branquitude” da sociedade.

O sujeito que no seu processo de escolarização puder compreender e respeitar as diferenças, no futuro esse mesmo sujeito será respeitado e respeitará o próximo, conseqüentemente essa ação e reação evitará no futuro o que vemos hoje nos canais de comunicação, no cotidiano sociocultural, um excesso de preconceito, homofobia e discriminação. Em fim, é pensar a prevenção na área da educação como forma de promoção da convivência harmoniosa entre as pessoas.

CHOQUE DE REALIDADE

Para colocar em xeque assuntos polêmicos onde a diversidade possui uma gama enorme de temas, iniciamos com a apresentação do filme *Provocações sem limites*, onde o objetivo foi dar um “choque” de realidade, que permitisse aos docentes refletirem sobre o tema *bullying*. Percebemos alguma inquietação por parte de alguns docentes ao assistirem o filme, pois cenas fortes os deixaram indignados. Após a apreciação do filme, iniciamos as discussões que envolveram quatro professores, dezesseis professoras, uma coordenadora pedagógica e um diretor de escola.

Introduzir o assunto por meio do filme teve a princípio o objetivo de transcender as causas apresentadas e oportunizar que as reflexões nos fizessem pensar nas diversas formas de um sujeito ser vítima de *bullying*, e que é a partir de uma ação de discriminação e preconceito que ele começa. As discussões suscitaram comentários sobre questões de raça/etnia, gênero e diversidade, onde foi possível constatar um caso de um aluno de oito anos que apresenta conflito quanto a sua orientação sexual. Segundo o relato da professora da turma do 3º Y, o garoto além dos trejeitos afeminados, em todos os seus registros ele sinaliza sua afinidade com questões relacionadas ao feminino. A professora do 5º F, relatou que em sua turma há uma garota que apresenta trejeitos masculinizados, se relacionando com mais frequência com os garotos enquanto que quando se relaciona com as garotas ela se mostra galanteadora se comportando como menino.

Nessa perspectiva, procuramos abordar o assunto sobre diversidade nos demais encontros com os docentes a fim de caminhar em direção a discussão do objeto de estudo deste artigo, cujo a finalidade é discutir sobre as questões de identidade de gênero e orientação sexual oposta ao lhe atribuído biologicamente, *bullying* e suas conseqüências de curto e longo prazo.

Elliot e Kilpatrick (1994) identificam efeitos danosos de curto e longo prazo que o *bullying* gera em suas vítimas. Entre os de curto prazo citam a perda de auto-estima e autoconfiança, retraimento, dificuldade de concentração, absenteísmo escolar, fobia da escola e tentativas de suicídio. Os de longo prazo incluem sentimentos de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer relações com estranhos, isolamento social e timidez exagerada. (GARCIA, 2009, p.6).

Nesse sentido, o “choque de realidade” visa suscitar a reflexão sobre o tema e as consequências gravíssimas que pode levar o indivíduo a ações que violem sua subjetividade e em alguns casos a sua própria vida. É evidenciar que a multiplicidade de identidades dos sujeitos não são percebidas como camadas que se sobrepõem umas às outras, mas de que se somam e se agregam, desta forma constroem e geram contradições sociais (LOURO, 2003). Sendo assim, a partir dessas discussões, refletimos sobre casos e registros de situações onde crianças nos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola municipal de Taboão da Serra, vivenciam conflitos e circunstâncias por conta de questões referentes ao gênero e orientação sexual.

Refletir sobre identidade de gênero e orientação sexual nos faz ir ao encontro da reportagem de fevereiro de 2015 da revista nova escola cujo o tema é: “Vamos falar sobre ele? Como lidar com um aluno que se veste assim? Uma reflexão sobre sexualidade e gênero.”

A matéria da revista relata a história de Romeu, uma criança de 5 anos que sentia-se bem usando seus vestidos, o garoto possui em média 100. Ele foi proibido de frequentar a unidade escolar por conta da sua vestimenta, segundo os responsáveis da instituição ele teria a possibilidade de passar a frequentar a escola assim que passasse a vestir-se de acordo com seu gênero. Mas, qual o gênero da criança? Será que ele já não se veste de acordo com seu gênero?

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas e verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas veem-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica. A escola configura-se, assim, como um espaço institucional de opressão, o que se deve, ainda, à participação ou à omissão dos sistemas de ensino, da comunidade, das famílias, da sociedade, das instituições e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009, p.166).

Desta forma, o garoto de 5 anos já recebe tratamentos preconceituosos, tendo que lidar desde a primeira infância com as questões de discriminação por conta de uma normatização que reforça a heterossexualidade como uma única forma de expressão.

CASOS E ACASOS

a) Caso HG

O aluno HG de oito anos iniciou na unidade escolar em novembro de 2014, vindo de uma cidade de Minas Gerais, o histórico do garoto veio acompanhado de um relatório de uma psicóloga onde seu parecer informa que a criança apresenta comportamento agressivo por conta de traumas desde a infância.

A escola atual tomou as medidas necessárias para acompanhar o caso, porém foi bastante difícil um parecer da família sobre todo o histórico de HG. A criança foi encaminhada ao projeto de apoio pedagógico e psicopedagógico, mas não se obteve nenhum dado real que apontasse ou evidenciasse que o garoto tivesse que frequentar atendimento educacional especializado.

Durante o ano de 2015 os/as docentes que atendem o garoto, seja em sala regular e/ou em projetos, foram observando o menino e cobrando dos responsáveis

um parecer mais detalhado sobre o garoto. Após uma conversa com a mãe, foi descoberto que ele nasceu com dois sexos e que já havia passado por algumas cirurgias.

A partir desta informação, os/as docentes começaram a observá-lo com um olhar mais minucioso, e também suscitou nos encontros pedagógicos a discussão sobre o tema diversidade. Com um olhar mais cuidadoso, o professor AK percebeu que o menino vivenciava um conflito intrapessoal e que a probabilidade dele sentir-se uma menina em um corpo de menino, ou pelo que foi lhe atribuído, é um grande desafio para essa criança.

Nesse sentido, pensemos! O sujeito nasce com dois sexo, a família e a equipe médica descidem que ele será menino/homem e assim essa criança é criada de acordo com as normas da sociedade, que por sua vez é sexista, fazendo com que a criança acredite que é um homem. Pode-se pensar que se nasceu com dois sexo, o que prevaleceu foi o masculino, não houve uma preocupação com a identidade e/ou sua orientação sexual.

Segundo Junqueira (2009), historicamente a sociedade e conseqüentemente a escola tem idealizado a formação do sujeito ideal, a partir de crenças e valores e de uma herança cultural, cuja perspectiva de sujeito “normal” está atrelada ao homem branco e hetero. Assim, essa utopia reforça o preconceito, marginalizando aquela e aquele que se mostra oposto ao que a sociedade considera “normal”.

Nesse sentido, ainda que a criança não consiga entender o que sente, pois carrega consigo uma infinidade de conflitos, tem que se relacionar com as demais crianças inseridas na escola e fora dela, sendo assim, durante as observações dessa convivência em âmbito escolar, não foi percebido evidência de situações de *bullying* contra o garoto, porém por muitas vezes ele se mostrou irritado com seus colegas, e levando em consideração que comumente as “chacotas” acontecem sempre quando da ausência de um adulto, pode-se considerar que as piadas feitas a ele não o agradava, ou seja, reforçava o conflito com que estava vivendo.

Sendo assim, a preocupação é de que com o passar do tempo essas “chacotas” se tornem futuras situações de *bullying*, e possam causar danos irreversíveis, como já aconteceu casos que levou a criança vítima de *bullying* homofóbico a tirar a própria vida.

b) Caso OT

O aluno OT frequenta a unidade escolar desde 2013, porém em 2015 e após as discussões sobre diversidade nos encontros pedagógicos é que foi comentado o caso deste aluno. De acordo com relato da professora titular da sala, ele em todas as atividades mostra o interesse para questões e situações que refletem a figura feminina, assim a professora procurou intervir e trabalhar questões que fortalecessem o respeito.

Um certo dia na aula de projeto que acontece no contra turno, o garoto é encontrado no corredor aos prantos, ao indagá-lo a princípio se mostra resistente e não diz o que aconteceu, após muita insistência, ele relata que um garoto estava lhe chamando de “viadinho” e que não era a primeira vez, que ele já estava cansado, não queria mais participar das atividades.

Após essa situação, percebeu-se que realmente o garoto estava vivenciando situações de discriminação e preconceito, a princípio conversou-se com a criança “malvada”, a fim de orientá-la sobre a importância do respeito ao outro, em seguida o garoto (vítima) foi incluído em outra turma, esta por sua vez possuía um maior

número de crianças da sala regular, onde a convivência com eles era mais harmoniosa.

A escola procurou observar mais de perto o garoto OT com objetivo de não permitir que ele continuasse sendo vítima das maldades do outro garoto. Desta forma, procurou-se abordar com mais frequência o tema diversidade, mesmo que com outro enfoque, mas com objetivo de reforçar a importância do respeito a todo tipo de diferença e/ou manifestação.

Conversamos também com a mãe do garoto OT, ela estava ciente que seu filho estava sendo motivo de “chacotas” e disse que não queria que ele fosse discriminado, pois ele tem esse jeito por conta de ficar em casa, pois ela não permite que ele saia para rua. A mãe comenta também que não se importa se no futuro ele for “viado”, pois ela o amará do mesmo jeito, porém, em seguida ela diz ao garoto que ele tem que ser homem.

Nesse sentido, percebe-se que o garoto OT está vivenciando um conflito constante, pois se identifica com questões femininas, mas sente uma forte pressão para agir de acordo com normas masculinas.

c) Caso MC

A aluna MC desde 2013 frequenta a unidade escolar, mas no período de 2013 a 2015 ela teve várias idas e voltas para cidades do litoral paulista, o que nos dificultou observar algumas questões que só foram evidenciadas em 2015.

Neste ano, ela apresentou por várias vezes conflitos com seus colegas, se envolvendo com brigas que ultrapassaram os muros da escola, envolvendo seus familiares e intervenção do conselho tutelar.

Após a escola ter introduzido nas discussões dos encontros pedagógicos o tema diversidade, percebeu-se que os/as docentes que lecionam para a garota, tiveram um *insigth* e começaram a relatar algumas observações em relação à garota. Comentou-se que ela sempre estava envolvida nos grupos dos meninos e conseqüentemente nas confusões.

Apesar de estar sempre envolvida em confusões com os meninos, a garota se mostrava apática e pouco falava, porém algumas vezes foi observado que na relação com as meninas ela apresentava conduta diferenciada, agia como menino e em alguns momentos ela aproveitava do fato de ser menina para obter vantagens afetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi pretendido ressaltar neste artigo, não foi apenas reflexões e casos de preconceito, discriminação e/ou *bullying*, mas sim evidências que podem levar a isso, ou seja, na primeira etapa da Educação Básica acredita-se que situações de preconceito, discriminação e *bullying*, não ocorrem por conta da faixa etária, ou seja, por se tratar de crianças, mas ainda há muito o que se pensar, pois é a partir de alguns comportamentos preconceituosos que isso ocorre e é reforçado nas etapas posteriores da Educação Básica.

Não obstante, é de suma importância um olhar para as especificidades de cada aluno/a, levando em consideração todo tipo de diversidade, seja cultural, de etnia e/ou de gênero, um exercício de prevenção, uma forma de evitar que situações de *bullying*, discriminação e preconceito ocorram no futuro.

Queremos evidenciar que sim a criança na primeira infância se constrói como sujeito e já percebe suas preferências, porém, muitos/as em suas manifestações são “bombardeados” pelos ideais que a sociedade e a família acreditam ser “normal”. Nesse sentido, a criança vai construindo sua identidade acreditando que o que lhe é dito é o correto, e desta forma deve cumpri-lo, e só mais tarde, quando se sente seguro de suas vontades e desejos, é que começam surgir os conflitos intrapessoais, pois além das influências da sociedade e da família, o sujeito se depara com questões religiosas que por sua vez os deixam mais “feridos”, pois acredita-se que estar ao contrário do “normal” e fora das normas da igreja, é estar sendo um pecador. “Em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos. (LOURO, 2003, p.49-50)”.

Sendo assim, a escola tem um papel fundamental na vida do/a estudante, pois não se trata apenas de uma instituição que irá preparar o sujeito para viver em sociedade e apto para o trabalho, mas papel fundamental de ser transparente e evidenciar o respeito à diversidade. Nesse sentido, é fato que para que a instituição escola cumpra seu papel, é necessário investimento na formação dos educadores com cursos voltados para tratar de assuntos como a identidade de gênero, orientação sexual e diversidade nos mais variados âmbitos, não deixando de apontar aqui também, da importância de políticas públicas que incentivem discussões sobre o tema e a necessidade de se rever o currículo. Ou seja, repensar o currículo e as formas de ensinar e aprender. (JUNQUEIRA, 2009).

Quanto aos casos relatados neste artigo, a escola procurou inserir nas discussões pedagógicas o tema diversidade, procurando a princípio abordar questões relacionadas à cultura e a etnia, para posteriormente dar enfoque às questões de identidade de gênero e orientação sexual, pois percebe-se que o tema gera bastante desconforto e para abordá-lo nos anos iniciais do ensino fundamental é preciso ter cautela, para que a comunidade e a família não vejam de forma distorcida as informações.

Portanto, além das discussões com o corpo docente da unidade escolar, foram realizados eventos com o intuito de abordar o tema diversidade onde o foco foi reforçar a necessidade do respeito ao próximo, seja sobre questões de raça/etnia ou cultural, mas sabemos que somente isto não dá conta do grande desafio que temos em nossas mãos, sem dúvidas, as situações de preconceito e discriminação implícitas, precisam ser desvendadas, discutidas e encaradas sem hipocrisias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Brasília, DF: Senado, 1996.

BULLYING – Provocações Sem Limites. Direção: Josetxo San Mateo. Roteiro: Ángel Garcia Roldán. Espanha: Paris Filmes, 2009. 90 mim. Disponível em: <http://www.filmesonlinegratis.me/bullying-provocacoes-sem-limites-dublado/>. Acesso em: set. 2015.

CÉSAR, Maria Rita Assis. **“Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual”** In: PARANÁ. Sexualidade. Cadernos Temáticos da Diversidade. Curitiba: SEED-PR, 2009.

DULAC, Elaine Beatriz Ferreira. **Sexualidades e Educação: uma análise de questões levantadas por professores/as de um curso voltado à educação para a diversidade.** 2009. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.

FARIA, Nalu; NOBRE, Míriam; et al. **Gênero e Educação: caderno para professores.** São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. 88p.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Homofobia e Heterossexismo nas escolas: Discussão da Produção Científica no Brasil e no Mundo.** In: IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, 6 a 8 de julho de 2009, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

GOMES, Ana Elizabeth Gondim; REZENDE, Luciana Krauss. **Reflexões sobre bullying na realidade brasileira utilizando a técnica de análise de conteúdo: revisão bibliográfica.** Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.11, n.1, p. 112-119, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos.** In: **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio.** Tatiana Lionço; Debora Diniz (org.). Brasília: LetrasLivres-EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROCHA, Késia dos Anjos. **Da política educacional à política da escola: os silêncios e sussurros da diversidade sexual na escola pública.** 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **A experiência transexual e a escola.** In: SIERRA, Jamil Cabral; SIGNORELLI, Marcos Claudio (Orgs.). Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, p.145-167, 2014.

SOARES, Wellington. Precisamos falar sobre Romeo. **Nova Escola.** São Paulo, ano 30, n. 279, p.25-31, fev. 2015.

TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia e educação: cultura e identidades na escola. **Magis, Revista Internacional de Investigación em Educación,** Bogotá, v. 3, n. 6, p. 413-431, jan./jun. 2011.

VIANNA, Cláudia. **Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino.** In: **Gênero e Educação: caderno para professores.** São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, p. 45-52, 2003.

WANZINACH, Clóvis. ***Bullying e Cyberbullying: Faces silenciosas da violência.*** In: **Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia.** / Organizadores: Jamil Cabral Sierra; Marcos Claudio Signorelli. Matinhos: UFPR Litoral, 2014. p.67 – 81.